



Relato de experiência: intervenção na Casa de Caridade Herdeiros de Jesus

Alice Brant Costa¹, Henrique Chagas Costa², Mariângela Kallas Pereira³, Mirella Marques Freire⁴

Classificação: P23; Z03; Z08; QC12; QC13; QC22

RESUMO

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os programas de acolhimento institucional são destinados às crianças e adolescentes em casos de ameaça à vida e devem ser uma medida provisória, visando os acolher, proteger e proporcionar o acesso à saúde (BRASIL,1990). Nesse contexto, observa-se a importância da articulação com a Atenção Primária à Saúde (APS), fornecendo um cuidado integral e humanizado aos menores de idade (BRASIL, 2009). Assim, há importância na realização de atividades conjuntas entre a APS e as instituições de acolhimento, gerando benefícios e melhorias para as crianças e adolescentes acolhidos, e os profissionais envolvidos no processo do cuidado. Objetivou-se estabelecer vínculo entre a Casa de Caridade Herdeiros de Jesus (CCHJ) e o Centro de Saúde Bom Jesus (CSBJ); proporcionar espaços para diálogo e busca de soluções e melhorias em grupo; promover autocuidado e protagonismo individual, através da educação popular em saúde e de práticas de autoconhecimento. A pesquisa se trata de um relato de experiência dos acadêmicos de Medicina da PUC Minas, nas práticas da disciplina de Medicina de Família e Comunidade, no CSBJ, juntamente com a CCHJ, entre os dias 22/10/19 e 03/12/19. Foram realizados quatro encontros com foco nas adolescentes e nas cuidadoras, com atividades de autoconhecimento, meditação, dança e artesanato. Foram realizadas atividades com as adolescentes, abrindo espaços para diálogo e acolhimento, com partilha de percepções e sentimentos acerca de suas situações sociais. As principais queixas foram a necessidade de serem ouvidas, dificuldades de residirem na instituição e a influência disso em suas percepções subjetivas, além da necessidade de estabelecerem vínculos mais efetivos. Já com as cuidadoras, as demandas

¹ Acadêmica de Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG); alicibrantbc@gmail.com.

² Acadêmico de Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG); hcosta563@gmail.com.

³ Médica de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG); marykallas1@gmail.com.

⁴ Acadêmica de Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG); mirella5marquesfreire@gmail.com.

identificadas foram similares, além da percepção de problemas no convívio e a necessidade de propostas de soluções para tais. Em conclusão, notou-se a necessidade de criar novas práticas para estreitar o vínculo entre a APS e as Instituições de acolhimento, visando ampliar as estratégias de cuidado integral, com abordagens centradas na pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Educação em Saúde. Adolescente Institucionalizado. Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente. Autocuidado.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. BRASIL. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Orientações técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.